

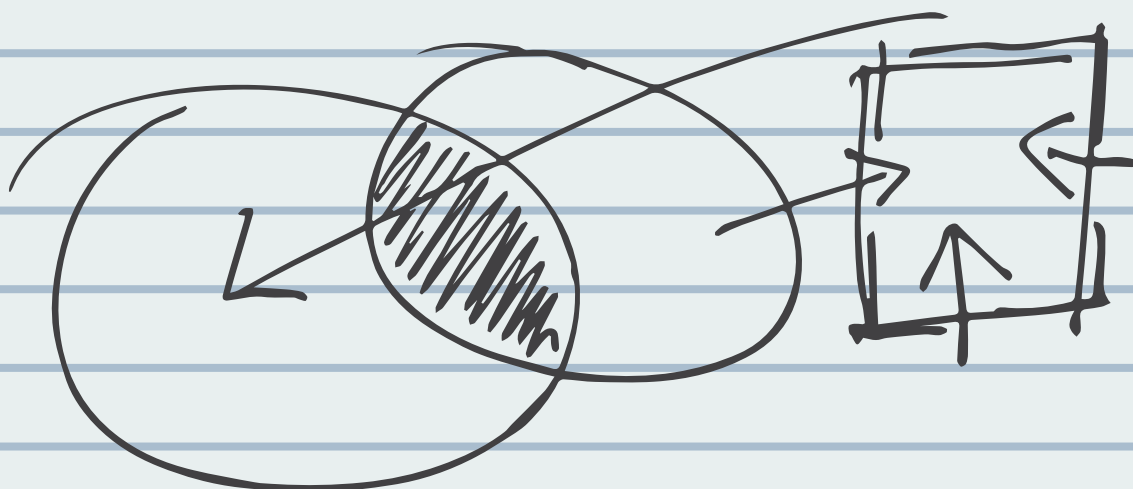


DICAS

PARA UMA

AMP

UM GUIA ÚTIL E ACESSÍVEL A TODOS OS INTERESSADOS
NA PROTEÇÃO DO NOSSO OCEANO



GOSTARÍAMOS DE AGRADECER À SEAS AT RISK,
PELAS CONTRIBUIÇÕES E APOIO NA CRIAÇÃO DESTA GUIA,
A TODOS OS PARCEIROS DO PROJECTO "MARINE
PROTECTED AREAS" - FROM PAPER PARKS TO EFFECTIVE
PROTECTION" E A TODAS AS PESSOAS QUE
CONTRIBUÍRAM DIRETA OU INDIRECTAMENTE
NESTE PROCESSO :) 

TEXTO: SCIAENA

DESIGN, ILLUSTRAÇÃO E EDIÇÃO DE TEXTO: SCIAENA

1ª EDIÇÃO OUTUBRO 2025

SCIAENA

INCUBADORA DE EMPRESAS DA UNIVERSIDADE DO ALGARVE

CAMPUS DE GAMBELAS, PAV. B1, G9

8005-226 FARO, PORTUGAL

CAPÍTULO I - ÁREA MARINHA PROTEGIDA - DE QUE SE TRATA? // 2

→ A SUA IMPORTÂNCIA // 2

CAPÍTULO II - DIFERENTES TIPOS DE ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS // 3

→ REGULAMENTO DE ZONAMENTO // 4

CAPÍTULO III - PERSONAGENS // 6

CAPÍTULO IV - ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS ATRAVÉS DE PROCESSOS PARTICIPATIVOS // 7

→ IV.I. CRIAR UMA VISÃO PARTILHADA - O 1º PASSO PARA UMA HISTÓRIA DE SUCESSO // 7

→ IV.II. 7 DICAS PARA CRIAR UMA AMP // 8

→ IV.II.I. EXEMPLOS DE FERRAMENTAS ÚTEIS NA CRIAÇÃO DE UMA AMP // 10

→ IV.II.II. PRINCIPAIS DESAFIOS E SOLUÇÕES NA CRIAÇÃO DE UMA AMP // 10

CAPÍTULO V - O CASO DA PEDRA DO VALADO // 11

→ V.I. A PEDRA DO VALADO, UMA VISÃO PARTILHADA // 12

→ V.II. DA PEDRA DO VALADO A UMA AMP - UM CASO DE SUCESSO // 15

→ V.III. A PEDRA DO VALADO E O PROCESSO DE DESENHO COLABORATIVO // 16

→ V.IV. LIÇÕES APRENDIDAS COM A PEDRA DO VALADO // 19

CAPÍTULO VI - REFLEXÕES FINAIS // 20

CAPÍTULO VII - REFERÊNCIAS // 21

CAPÍTULO I - ÁREA MARINHA PROTEGIDA - DE QUE SE TRATA?

Uma área marinha protegida (AMP) é definida como uma área geográfica claramente definida, que é reconhecida e gerida, através de meios legais ou outros meios eficazes, com o principal objectivo de alcançar a conservação a longo prazo da natureza com serviços ecossistémicos associados e valores culturais (IUCN, 2012).

↪ CLICA AQUI

Em muitas das **áreas marinhas protegidas do mundo, são permitidas várias atividades**. Na maioria dos casos, não se trata de áreas onde o acesso é proibido e restrito a um pequeno número de entidades, mas sim onde **coexistem vários usos, desde que bem regulamentados e geridos** de forma a cumprirem os seus objectivos.

A SUA IMPORTÂNCIA

Num mundo cada vez mais ameaçado, onde o oceano sofre as consequências da ação humana, as áreas marinhas protegidas têm demonstrado o seu papel fundamental na garantia de um oceano saudável para as gerações futuras e capaz de combater as ameaças que enfrenta.

As áreas marinhas protegidas bem geridas e com objectivos definidos contribuem para aumentar a resistência dos oceanos aos impactos das alterações climáticas, proteger as populações de peixes e são, por conseguinte, um elemento essencial para um sistema de governação marítima eficaz. Os ecossistemas marinhos saudáveis prestam uma vasta gama de serviços, como a criação de condições para pescas e aquacultura resilientes, para o turismo e para o lazer. Para além destes factores, estas áreas contribuem também para a conectividade entre paisagens marinhas e para o **armazenamento de carbono azul**.

CLICA ←
AQUI

CAPÍTULO II - DIFERENTES TIPOS DE ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS

As áreas marinhas protegidas não são todas criadas com o mesmo objetivo. Embora sejam normalmente conhecidas por terem como principal objetivo a proteção de habitats marinhos específicos da vida marinha associada, este não é o único objetivo que pode levar à sua criação.

As AMP podem ser criadas com os seguintes objetivos:

- **Proteger a biodiversidade local ou habitats específicos** através da implementação de limitações das atividades pesqueiras e/ou outras;
- **Proteger as zonas de maternidade e berçário** - locais onde se sabe que espécies de relevância ecológica os escolhem para o nascimento das novas gerações, permitindo que os juvenis tenham mais hipóteses de se desenvolver e contribuir para a continuidade das várias espécies.
- **Proteger um sítio de relevância histórica** - garantir a preservação do sítio em causa ao longo do tempo, por exemplo um naufrágio.

Sítio Histórico



MATERNIDADE



POPULAÇÃO DE PEIXES

REGULAMENTO DE ZONAMENTO

Para além dos diferentes objetivos das AMP, dentro da mesma área podem existir várias zonas com regras diferentes.

Das **áreas marinhas protegidas** existentes a nível global, **o que corresponde a menos de 10% do oceano, apenas cerca de 1% tem o estatuto de totalmente protegido**, ou seja, onde não é permitida qualquer atividade extractiva ou destrutiva (MPAtlas, 2024). Isto significa que a existência de áreas marinhas protegidas, quer sejam costeiras ou de alto mar, não implica necessariamente uma proibição de acesso e usufruto da zona em questão.

CLICA
Aqui

São reconhecidas diferentes definições e sistemas de classificação a nível mundial, o que por vezes dificulta a categorização das diferentes áreas marinhas protegidas devido à variedade de actividades e regras atribuídas.

A IUCN tem seis categorias para classificar áreas protegidas:

- I-Reserva Natural;
- II-Parque Nacional;
- III-Monumento Natural;
- IV-Área de Gestão de Espécies/Habitat;
- V-Paisagem Protegida;
- VI-Área Protegida com utilização sustentável dos recursos naturais.

Estas categorias não são claras quanto às atividades permitidas nos regulamentos das áreas protegidas, por vezes não seguindo os objetivos propostos e dificultando assim a distinção das áreas por nível de proteção.

CLICA Aqui

Para ultrapassar esta dificuldade, foi desenvolvido um **sistema de classificação** que tem em conta as atividades permitidas no regulamento da AMP, e é neste sistema que se baseia o presente guia.

Neste novo sistema de classificação, tendo em conta as actividades regulamentadas e permitidas na área a classificar, existem **oito categorias diferentes de zonas**. Segundo a área ocupada por tipologia das diferentes zonas, é atribuída uma classificação à nova área marinha protegida dentro das **cinco classificações possíveis**, sendo estas: Área Totalmente Protegida, Área Altamente Protegida, Área Moderadamente Protegida, Área Pouco Protegida e Área Não Protegida.

CLICA Aqui

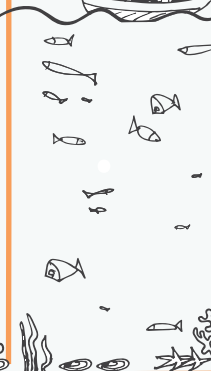
As actividades consideradas para atribuir a classificação são: as artes de pesca permitidas, tanto comerciais como recreativas (**Material suplementar**); as actividades aquícolas ou de uso do fundo marinho (como a mineração, as explorações petrolíferas, a extração de areia ou as explosões); e as actividades recreativas, como o tráfego de embarcações particulares e as regras de ancoragem).

CLICA
Aqui

Níveis de proteção:

- **Área Totalmente Protegida:** AMP sem atividades extrativas ou quando é permitido, são altamente regulamentadas.
- **Área Altamente Protegida:** Toda ou a maior parte da área é altamente regulamentada, permitindo apenas um pequeno número de atividades com baixo impacto.
- **Área Moderadamente Protegida:** Toda ou a maior parte da área está moderada a fracamente regulamentada, permitindo um maior número de atividades extractivas com potencial impacto nas espécies e ecossistemas, nomeadamente diferentes tipos de pesca e actividades com impacto nocivo no fundo marinho.

- **Área Pouco Protegida:** Toda ou grande parte da área está fracamente a muito fracamente regulamentada, permitindo um número elevado de atividades extractivas com potencial impacto nas espécies e ecossistemas, nomeadamente diferentes tipos de pesca e actividades com impacto nocivo no fundo marinho.
- **Área Não Protegida:** Toda ou grande parte da área não está regulamentada e permite um número muito elevado de atividades com impacto nas espécies e ecossistemas, incluindo o fundo marinho.

TIPO REGULAÇÃO ATIVIDADES EXTRACTIVAS ATIVIDADES BAIXO IMPACTO	ÁREA TOTALMENTE PROTEGIDA	ÁREA ALTAMENTE PROTEGIDA	ÁREA MODERADAMENTE PROTEGIDA	ÁREA POUCO PROTEGIDA	ÁREA NÃO PROTEGIDA
	Elevada	Forte	Moderada	Fraca	Praticamente inexistente
	Proibidas	Proibidas	Permitidas em número reduzido	Permitidas	Permitidas
	Proibidas	Permitidas em número reduzido	Permitidas	Permitidas	Permitidas
					

CAPÍTULO III - PERSONAGENS

SKIPPER

Representante das empresas marítimo-turísticas que actuam na zona a proteger;



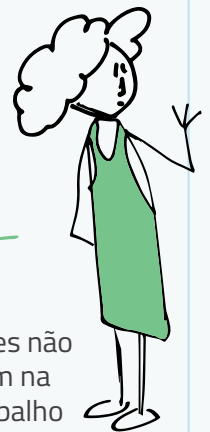
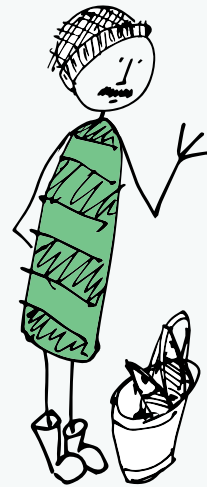
ADMINISTRATIVA

Representa as administrações regionais para que os interesses regionais sejam tidos em conta;



PESCADOR

Representante de todas as associações de pescadores que trabalham na zona a proteger;

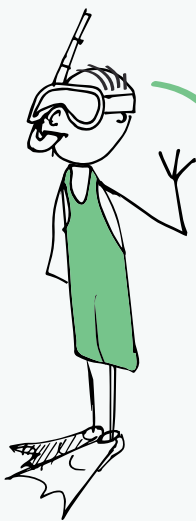


SOCIEDADE CIVIL

Representa as organizações não governamentais que atuam na região e cujas áreas de trabalho estejam relacionadas com a área a proteger;

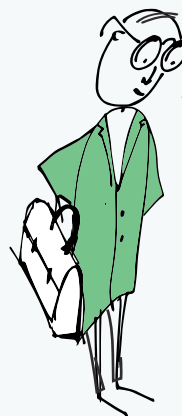
MERGULHADOR

Representa os centros de mergulho que utilizam a zona a proteger para as suas actividades;



INVESTIGADOR

Representa os centros de investigação locais/regionais que possam contribuir para a recolha de dados e o conhecimento necessário sobre a área a proteger;



POLÍTICO

Em representação dos municípios para defender os interesses dos cidadãos que habitam nas zonas anexas à nova AMP;

FACILITADOR

Elemento/s com experiência neste tipo de processos, mas sem interesse pessoal ou profissional na área a proteger, de forma a manter a sua neutralidade durante todo o processo;



EMPRESÁRIO

Representa as associações empresariais com interesses na área a proteger;



AUTORIDADE

Em representação das autoridades de fiscalização para assegurar o correto controlo da zona a proteger;

CAPÍTULO IV - ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS ATRAVÉS DE PROCESSOS PARTICIPATIVOS

A criação de áreas marinhas protegidas (AMP) através de processos da base para o topo implica o envolvimento das partes interessadas locais na conceção, implementação e gestão das AMP. Este tipo de abordagem promove a apropriação do processo, cria confiança e garante que os contextos ecológicos, sociais e económicos únicos sejam respeitados, tornando a AMP mais eficaz e sustentável.

CAPÍTULO IV.1 CRIAR UMA VISÃO PARTILHADA - O 1º PASSO PARA UMA HISTÓRIA DE SUCESSO

O passo mais importante para alcançar uma história de sucesso é criar uma visão que seja partilhada por todas as partes interessadas envolvidas no processo, criando um sentido de propriedade e inclusão. Esta **visão partilhada** é fundamental para manter todos os participantes fiéis ao que pretendem alcançar e, no momento que surgirem problemas durante o processo (que vão surgir), como conflitos entre interesses, ajudará a resolvê-los.

Criar uma abordagem estruturada para desenvolver visões de alta qualidade envolve uma série de etapas bem definidas, processos participativos e adesão a critérios de qualidade.

Seis pontos para criar uma visão sólida:

1. Definir o âmbito e o contexto:

- Identificar o desafio da sustentabilidade e a sua escala (por exemplo, global, regional, local).
- Estabelecer limites (geográficos, temporais e temáticos).
- Envolver as diferentes partes interessadas para garantir a inclusão e diversidade de perspectivas.

2. Estabelecer princípios orientadores:

⇒ *CLICA AQUI*

- Utilizar os critérios de qualidade (**estrutura de Wiek e Iwaniec**), tais como:
 - **Sustentabilidade:** A visão alinha-se com os objetivos de desenvolvimento sustentável.
 - **Coerência:** Consistência lógica entre todos os elementos da visão.
 - **Viabilidade:** Caminhos práticos para alcançar a visão.
 - **Inspiração:** Aspiracional e motivacional para as partes interessadas.
 - **Relevância:** Aborda questões críticas específicas do contexto.

3. Conduzir um processo de visão participativa:

⇒ *CLICA AQUI*

- Facilitar workshops e grupos de discussão para recolher contributos.
- Utilizar técnicas como por exemplo as de **Delphi, planeamento de cenários ou backcasting** para estruturar as discussões.
- Criar espaço para deliberação, permitindo aos intervenientes co-desenvolver elementos da visão.

4. Desenvolver uma visão partilhada:

- Sintetizar os contributos num documento ou quadro unificado.
- Assegurar que a visão capta estados futuros desejáveis, evitando objetivos irrealistas.
- Destacar as interligações entre as dimensões ecológicas, sociais e económicas.

5. Transpor a visão em metas de ação:

- Desdobrar a visão em metas e objetivos.
- Desenvolver estratégias, políticas e intervenções alinhadas com estes objetivos.

6. Avaliar e aperfeiçoar:

- Avaliar continuamente a visão face aos desafios e conhecimentos emergentes.
- Revisitar periodicamente o processo participativo para garantir a relevância e a adesão.

RESUMINDO:

ESTA ABORDAGEM ESTRUTURADA GARANTE QUE UMA VISÃO SUSTENTÁVEL PARTILHADA NÃO SÓ É BEM FUNDAMENTADA E EXEQUÍVEL, COMO TAMBÉM ESTARÁ EM SINTONIA COM AS ASPIRAÇÕES DAS ENTIDADES ENVOLVIDAS.

1. MAPEAR E ENVOLVER AS PARTES INTERESSADAS (PROCESSO CONTÍNUO):

- **Identificar as partes interessadas:** Mapear todos os grupos relevantes, incluindo pescadores, líderes locais, membros da comunidade, operadores turísticos, cientistas, organizações não governamentais de ambiente (ONGA) e decisores políticos.
- **Compreender os interesses e as preocupações:** Realizar entrevistas, discussões em grupo e inquéritos para compreender as prioridades, as dependências económicas e as preocupações das partes interessadas relativamente à AMP proposta.
- **Representação inclusiva:** Assegurar a representação de vozes marginalizadas, tais como mulheres, grupos indígenas e jovens nos processos de tomada de decisão.

2. CRIAR CONSCIÊNCIA E COMPREENSÃO PARTILHADA (DURANTE TODO O PROCESSO):

- **Campanhas de educação:** Informar as partes interessadas sobre a importância ecológica da AMP proposta, realçando benefícios como a proteção da biodiversidade, a recuperação de unidades populacionais de peixes e a resiliência climática.
- **Demonstrar benefícios a longo prazo:** Utilizar exemplos de outras AMP comunitárias bem-sucedidas para demonstrar os ganhos económicos e ambientais.
- **Colmatar as lacunas de conhecimento:** Facilitar workshops onde os dados científicos e os conhecimentos ecológicos locais são partilhados para criar uma compreensão abrangente do ecossistema marinho.

3. FACILITAR O DIÁLOGO ABERTO E A CRIAÇÃO DE CONFIANÇA:

- **Fóruns participativos:** Organizar reuniões comunitárias para encorajar o diálogo sobre os objetivos, a conceção e a implementação da AMP.
- **Mecanismos de resolução de conflitos:** Estabelecer mediadores neutros ou líderes locais de confiança para resolver desacordos ou interesses concorrentes.
- **Transparência:** Assegurar o livre acesso à informação e aos processos de tomada de decisão para criar um sentimento de confiança.

4. CO-CRIAÇÃO DA AMP:

- **Definição colaborativa dos limites:** Envolver as partes interessadas na definição dos limites e zonas da AMP proposta (por exemplo, zonas sem atividades extractivas, zonas de utilização sustentável, etc.).
- **Regras de gestão:** Co-desenvolver regras para a pesca, turismo e outras atividades para equilibrar a conservação com os meios de subsistência da comunidade.
- **Concepção adaptativa:** Permitir flexibilidade para adaptar os limites e as regras com base nos resultados e numa monitorização contínua.

5. CAPACITAR A COMUNIDADE:

- **Criar mecanismos de liderança:** Identificar e formar líderes comunitários para defender e gerir a AMP proposta.
- **Capacitação:** Fornecer formação em gestão de recursos, técnicas de monitorização e práticas de subsistência sustentáveis.
- **Criar incentivos:** Associar os benefícios da AMP ao bem-estar da comunidade, tais como oportunidades de ecoturismo ou práticas de pesca sustentáveis.

6. DESENVOLVER UMA ESTRUTURA DE GOVERNAÇÃO PARTILHADA:

- **Modelo de cogestão:** Estabelecer um comité de gestão com representantes de todos os grupos de partes interessadas.
- **Funções e responsabilidades:** Definir claramente as funções de fiscalização, controlo e resolução de conflitos.

- **Parcerias:** Colaborar com ONGA, instituições acadêmicas e agências governamentais para obter apoio técnico e financeiro.

7. TESTAR CONCEITO:

- **Começar pequeno:** Implementar um projeto inicial numa área piloto para demonstrar a sua viabilidade e obter a adesão da comunidade.
- **Monitorizar e avaliar:** Utilizar a monitorização participativa para acompanhar os resultados ecológicos e sociais, partilhando os resultados com a comunidade.
- **Aperfeiçoar:** Ajustar os limites, as regras ou as estratégias com base nos resultados e nos dados.

CAPÍTULO IV.II.I - EXEMPLOS DE FERRAMENTAS ÚTEIS NA CRIAÇÃO DE UMA AMP

MAPEAMENTO PARTICIPATIVO:

- Utilizar ferramentas como a cartografia GPS e um software de GIS para representar visualmente as prioridades comunitárias e ecológicas.
- Envolver os pescadores e outros utilizadores na cartografia das suas áreas de pesca e sítios culturalmente significativos.

PLANEAMENTO DE CENÁRIOS:

- Desenvolver cenários que explorem diferentes resultados da implementação da AMP (por exemplo, modelos negócios tradicionais vs. modelos negócios focados na conservação).

EXERCÍCIOS DE VISÃO:

- Facilitar workshops de visão comunitária para articular uma visão partilhada do estado futuro desejado do ambiente marinho e dos meios de subsistência.

TÉCNICAS DE CRIAÇÃO DE CONSENSO:

- Aplicar ferramentas como o método Delphi ou processos de negociação estruturados para identificar pontos comuns entre as partes interessadas.

CAPÍTULO IV.II.II - PRINCIPAIS DESAFIOS E SOLUÇÕES NA CRIAÇÃO DE UMA AMP

DESAFIOS:

1. **Resistência dos pescadores:** Receio de perder o acesso aos pesqueiros tradicionais.
2. **Interesses em conflito:** Prioridades divergentes entre as partes interessadas (por exemplo, turismo vs. pesca).
3. **Capacidade limitada:** Falta de competências técnicas ou de financiamento para a gestão da AMP.

SOLUÇÕES:

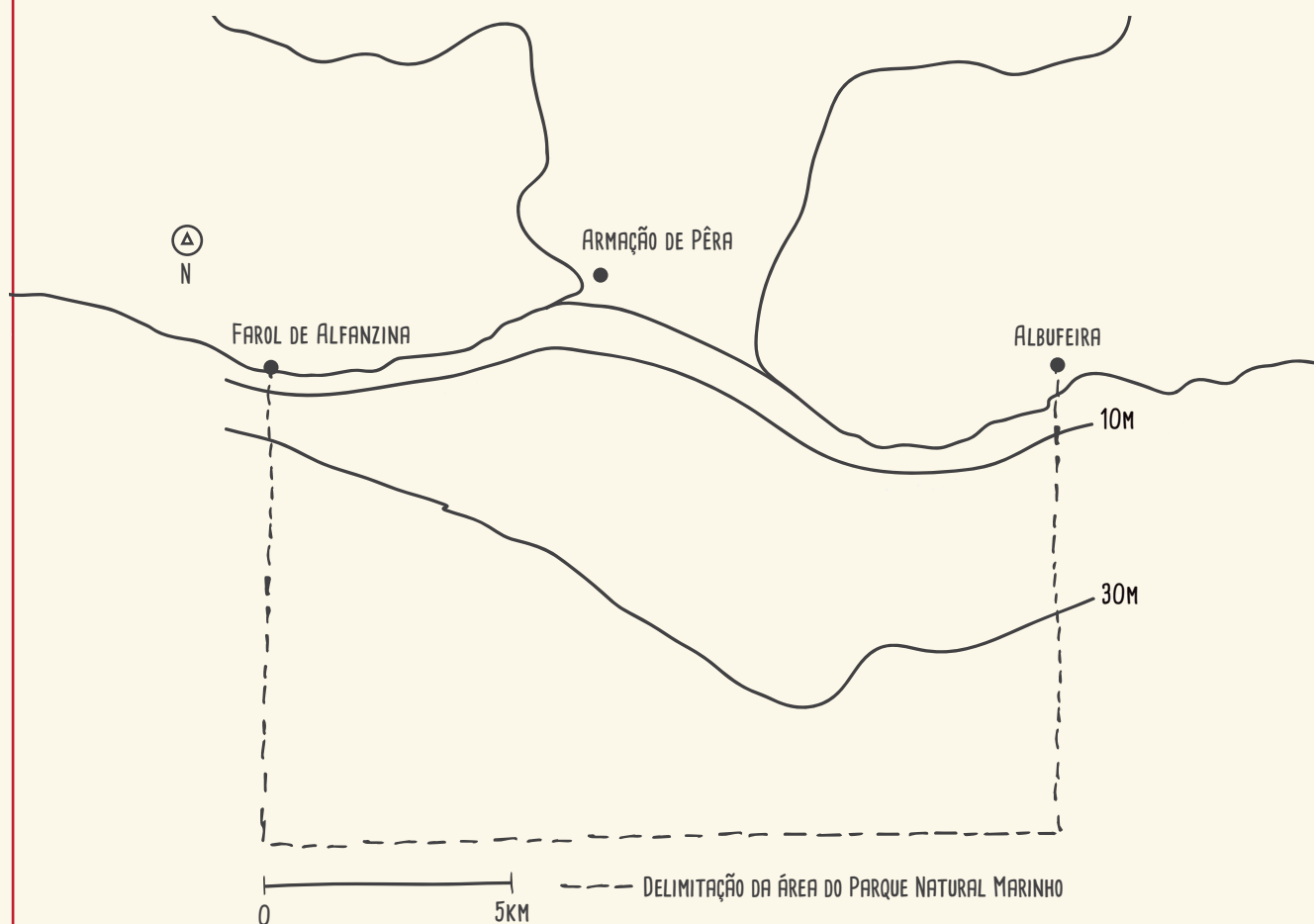
1. **Envolver cedo e com frequência:** Criar confiança, envolvendo todas as partes interessadas em todas as fases do processo e realçando os benefícios a longo prazo.
2. **Compromisso através do zonamento:** Designar áreas para uso sustentável juntamente com zonas de proibição de captura para equilibrar os diversos interesses.
3. **Garantir recursos:** Estabelecer parcerias com ONG ou agências governamentais para obter apoio financeiro e técnico.

CAPÍTULO V - O CASO DA PEDRA DO VALADO

O novo Parque Natural Marinho do Recife do Algarve - Pedra do Valado é um caso de sucesso, que resulta de um processo participativo sem precedentes, que envolveu mais de 70 entidades, durante quase três anos, baseado em informação científica sólida e nos valiosos contributos de todas as entidades envolvidas.

No Algarve, na zona costeira entre Albufeira e o Farol de Alfanzina, que se estende por três concelhos, Albufeira, Lagoa e Silves, existe o maior recife rochoso costeiro pouco profundo de Portugal Continental. Este recife é desde há muito conhecido pela população local dada a riqueza deste ecossistema. Beneficia de condições únicas que permitem a existência de mais de 900 espécies, 12 das quais novas para a ciência, favorecendo a biodiversidade marinha e a produtividade da zona. Este processo teve início após as comunidades locais alertarem para a necessidade de proteger este local, nomeadamente os representantes da pesca local. O envolvimento do Centro de Ciências do Mar e da Fundação Oceano Azul, das associações de pescadores, dos municípios de Albufeira, Silves e Lagoa e da Junta de Freguesia de Armação de Pêra levou ao início de um processo participativo com o objetivo de proteger este recife.

Este processo participativo decorreu de 2019 a 2021 e contou com a participação de associações de pesca profissional e lúdica, representantes de empresas marítimo-turísticas, administração local, regional e central, centros de investigação científica, federações desportivas, autoridade marítima, agrupamentos escolares, organizações não-governamentais e associações empresariais. Foram realizadas seis sessões presenciais, mais de 60 reuniões bilaterais e uma sessão final para apresentar a proposta de zonamento e as bases para o regulamento desta nova área marinha protegida.



CAPÍTULO V.1- A PEDRA DO VALADO, UMA VISÃO PARTILHADA

A abordagem de visionamento utilizada para a criação da AMP de base comunitária, o Parque Natural Marinho do Algarve - Pedra do Valado, foi inspirada no método do Jogo do Território (Angeon e Lardon, 2008; Lardon, 2013; Littaye et al., 2016; Esgalhado et al., 2020). Este método foi selecionado devido à sua natureza territorial, ou seja, a visão é desenvolvida tendo em conta o território. Além disso, são utilizados factos e números para desencadear o debate entre os participantes. Como tal, permite ideias “fora da caixa” e promove o debate sobre a viabilidade de todas as sugestões, sendo simultaneamente um trampolim para discussões baseadas nas características e potencialidades do território.

O processo foi estruturado e orientado por várias questões de âmbito abrangente que permitiram várias perspetivas. No caso presente, as questões colocadas no início do exercício de visionamento foram: “Que tipo de AMP pode existir daqui a 15 anos?” e “Como é que a AMP pode contribuir para o desenvolvimento territorial?” A ideia da primeira pergunta era projetar a discussão para um período de médio-longo prazo, onde as opções futuras são menos limitadas pelas condições atuais ou de curto prazo.

Tabela resumo das partes interessadas:

TABELA 1

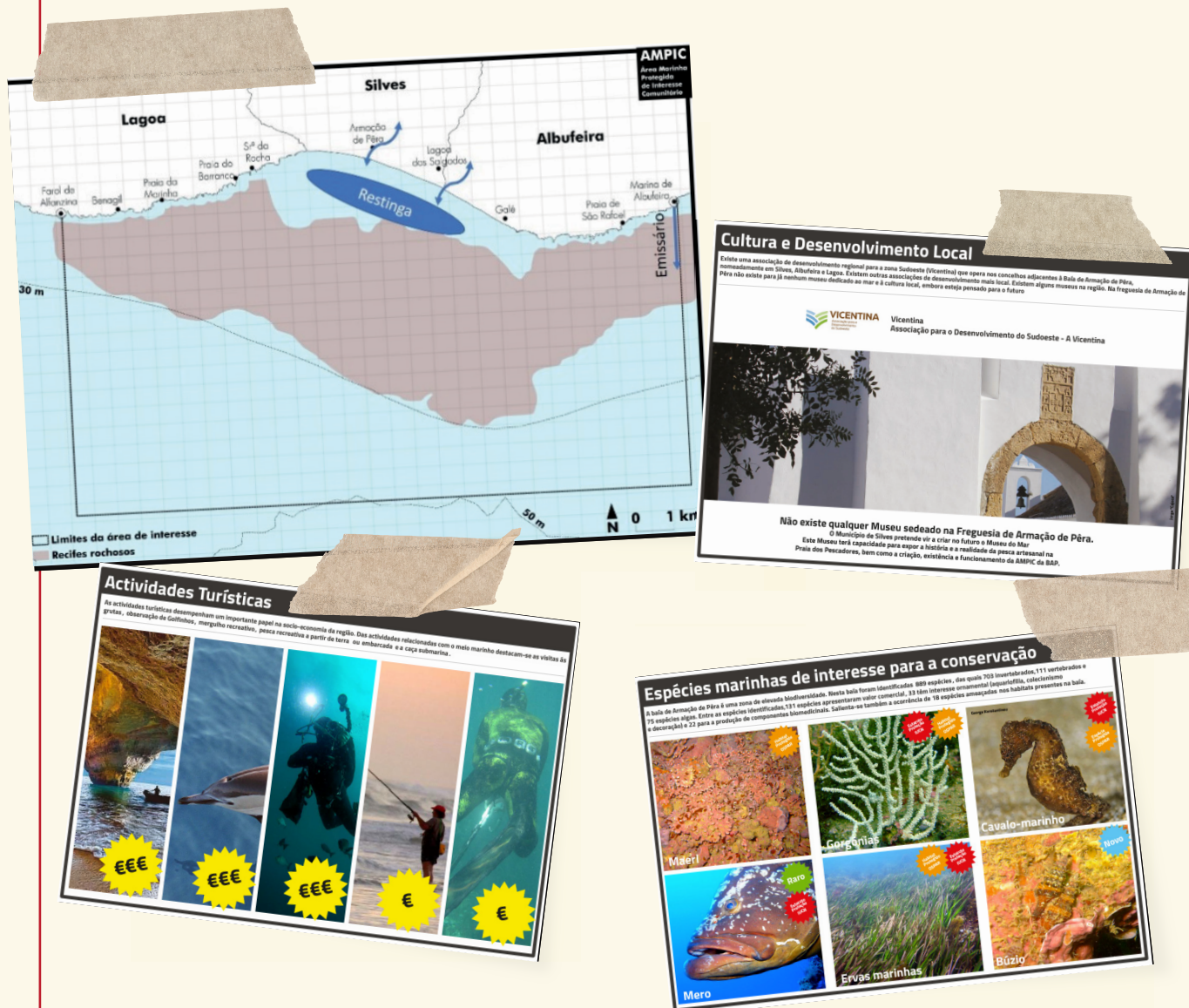
VISÃO GERAL DO MAPEAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS E DO TIPO E NÚMERO DE PARTICIPANTES NO EXERCÍCIO DE VISÃO

TIPOLOGIA DOS “STAKEHOLDERS”	SUB-TIPOLOGIA	INSTITUIÇÕES (N)	PARTICIPANTES
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	DESENVOLVIMENTO LOCAL	6	3
	EMPRESAS, NEGÓCIOS E TURISMO	1	0
	GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS	5	2
	EDUCAÇÃO	2	2
	PORTOS E NAVEGAÇÃO	2	1
	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	15	7
	INVESTIGAÇÃO CENTRADA NOS SISTEMAS MARINHOS	2	2
REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS E ASSOCIAÇÕES	DESENVOLVIMENTO LOCAL E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS	6	3
	SETOR DA PESCA COMERCIAL	12	3
	ATIVIDADES SUBAQUÁTICAS E PESCA RECREATIVA	6	2
	NEGÓCIOS E TURISMO	8	0
	ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGS)	12	3
	INVESTIGAÇÃO CENTRADA NOS SISTEMAS MARINHOS	1	1
EMPRESAS PRIVADAS	SETOR DA HOTELARIA/TURISMO	6	1
	MARINAS	2	1
	PARQUES TEMÁTICOS E ATIVIDADES AQUÁTICAS	1	0
	COMUNICAÇÃO AMBIENTAL E CIENTÍFICA	2	1
TOTAL DE INSTITUIÇÕES		89 (30)	50

NOTA: FORAM IDENTIFICADAS E CONVIDADAS 89 INSTITUIÇÕES; ENTRE PARÊNTESES CONSTA O NÚMERO DE INSTITUIÇÕES QUE ESTIVERAM PRESENTES NO WORKSHOP.

O PROCESSO DECORREU EM TRÊS ETAPAS:

1. **Diagnóstico:** Os participantes tiveram de identificar e desenhar o diagnóstico da situação atual do território. Para o efeito, cada participante recebeu dois cartões com uma breve informação sobre um tema relevante para as perguntas gerais.



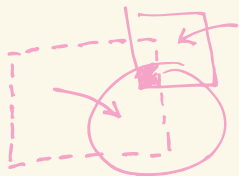
2. **Visão:** Esta fase baseou-se nos resultados da fase anterior e os participantes tiveram de imaginar e desenhar um possível desenvolvimento futuro para o território. A visão tinha de ser espacialmente explícita e só podiam ser desenhadas ideias consensuais. Nesta fase, os participantes não estavam limitados a cartões específicos, para que a discussão tivesse potencial para ser mais alargada.
3. **Ação:** O objetivo desta fase era definir uma série de ações a realizar no momento presente para alcançar a visão desejada ou evitar uma visão indesejada. As ações tinham de ser viáveis para os participantes no grupo e possíveis de implementar no momento atual. As ações poderiam sugerir partes interessadas não presentes no jogo, mas com as quais seria possível criar uma parceria (Lardon, 2013).

Neste caso, foram criadas e validadas sete visões desenvolvidas pelas partes interessadas que participaram no processo, e seguiram-se discussões em formato de plenário. A descrição da visão partilhada começou com o desejo de que a AMP ajudasse a aumentar o capital natural existente, salvaguardando simultaneamente o património cultural e as atividades económicas na área. A definição de um esquema de zonamento com vários níveis de proteção foi acordada como um desejo comum, mas foi evidenciado que esse passo e outros (i.e., regulamentação, monitorização e execução) deviam ser desenvolvidos em estreita colaboração com as partes interessadas. O principal objetivo era criar um sentimento de propriedade para que a AMP fosse totalmente aceite pela comunidade.



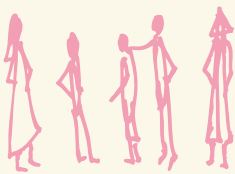
PONTO 1

→ A AMP abrange as zonas costeiras dos municípios de Lagoa, Silves e Albufeira.



PONTO 2

→ Criação de zonas com diferentes níveis de proteção, incluindo uma zona de proteção total, onde não são permitidas quaisquer atividades. Atividades como a pesca industrial, aquacultura e dragagens não devem ser permitidas dentro da AMP. Restrição da pesca recreativa a zonas e a espécies alvo.



PONTO 3

→ Envolvimento da comunidade local na gestão e monitorização desde o início da criação da AMP. Assegurar os meios de fiscalização adequados às necessidades. A futura AMP é considerada parte integrante do património cultural e contexto local. Adicionalmente é recomendada a monitorização das fontes de poluição terrestre e marinha.



PONTO 4

→ Inclusão da AMP nos programas escolares e promoção das ações de sensibilização para a comunidade. Criação de centro interpretativo e visitas (físicas e virtuais).



PONTO 5

→ Compatibilizar os valores de conservação com atividades económicas. Criação de canais de navegação, amarrações ecológicas, apoio à descarbonização, valorização de produtos da AMP e permissão de venda direta de pescado.

RESUMINDO:

ESTA ABORDAGEM ESTRUTURADA GARANTIU QUE AS VISÕES DE SUSTENTABILIDADE NÃO SÓ ESTAVAM BEM FUNDAMENTADAS E ERAM ACIONÁVEIS, COMO TAMBÉM ESTAVAM EM SINTONIA COM AS ASPIRAÇÕES DAS PESSOAS ENVOLVIDAS. AS VISÕES EFICAZES SERVEM DE PONTOS DE REFERÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS QUE TRANSITEM DOS ESTADOS ATUAIS PARA CONDIÇÕES FUTURAS DESEJÁVEIS, EVITANDO ATIVAMENTE TRAJETÓRIAS INSUSTENTÁVEIS. ALÉM DISSO, OS PROCESSOS DE VISIONAMENTO PARTICIPATIVO PODEM CRIAR CAPACIDADES, DAR PODER AOS INTERVENIENTES E PROMOVER UM SENTIDO DE PROPRIEDADE E RESPONSABILIDADE.

CAPÍTULO V.II - DA PEDRO DO VALADO A UMA AMP - UM CASO DE SUCESSO

O sucesso da conceção desta AMP no Algarve dependia da conciliação das necessidades dos pescadores de pequena escala, dos operadores comerciais, das ONG de conservação, das agências governamentais, das instituições científicas e das partes interessadas no turismo.

CONTEXTO DO ALGARVE, PORTUGAL

A) IMPORTÂNCIA REGIONAL

A região do Algarve, localizada no sul de Portugal, é conhecida pela sua rica biodiversidade marinha, habitats marinhos diversos como pradarias marinhas e recifes rochosos, e pela sua vibrante pesca de pequena escala. O turismo é o mais importante motor económico, com praias populares e atrações costeiras que recebem visitantes durante todo o ano.

B) QUADRO LEGAL DAS ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS EM PORTUGAL

A abordagem de Portugal às AMP é regida por legislação nacional alinhada com as diretivas da União Europeia e as convenções internacionais. Os principais instrumentos legais incluem:

- 1. Decreto-Lei n.º 142/2008:** Este diploma estabelece o regime jurídico da preservação da natureza e da biodiversidade, definindo a classificação e gestão das áreas protegidas. As áreas protegidas são classificadas a nível nacional, regional ou local, consoante os interesses que salvaguardam, e incluem classificações como parques nacionais, parques naturais, reservas naturais, paisagens protegidas e monumentos naturais.
- 2. Estratégia Nacional para o Mar (ENM):** Esta estratégia define o compromisso de Portugal para com a conservação do meio marinho, dando ênfase à utilização sustentável dos recursos marinhos e à expansão das AMP para cumprir os objetivos internacionais.
- 3. Convenção OSPAR:** É uma convenção marinha regional cujo objetivo é a proteção do meio marinho do Atlântico Nordeste, sendo Portugal parte contratante, tem como obrigação adotar as medidas necessárias e cooperar para proteger o ambiente marinho do Atlântico Nordeste, incluindo o estabelecimento de AMP.
- 4. Diretivas da União Europeia:** Portugal aderiu à Diretiva-Quadro Estratégia Marinha da UE e à Diretiva Habitats, que exigem, respectivamente, que os Estados-Membros alcancem um bom estado ambiental das águas marinhas e estabeleçam sítios Natura 2000.
- 5. Entidades nacionais:** A Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (**DGRM**) é responsável por propor a criação de AMP, em articulação com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (**ICNF**), a autoridade nacional para a conservação da natureza e da biodiversidade.

C) PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CO-DESIGN NO ALGARVE

a. Inclusão e governação participativa

- **Associações de pescadores da pequena pesca:** Os pescadores locais detêm frequentemente conhecimentos geracionais sobre as rotas migratórias dos peixes e as condições do habitat, as áreas preferenciais para a sua atividade, o que tornou o seu contributo indispensável para o zonamento das AMP.
- **Turismo e utilizadores recreativos:** As escolas de mergulho, as empresas náuticas e outras partes interessadas no turismo foram envolvidas para garantir que podem continuar as suas actividades económicas de forma responsável.
- **Comunidades locais e municípios:** Os municípios e as ONG ambientais puderam atuar como pontes entre as políticas governamentais e os interesses dos atores locais.

b. Reconhecer o valor ecológico e socioeconómico

- O ambiente marinho do Algarve oferece serviços ecológicos significativos, tais como a produtividade das pescas, habitats de viveiro e proteção costeira.
- Os impactos socioeconómicos (por exemplo, meios de subsistência em comunidades de pescadores de pequena escala, receitas do turismo) foram considerados simultaneamente para evitar a criação de conflitos entre a conservação e a utilização.

c. Gestão adaptativa e dinâmica

- A alteração das condições climáticas, as flutuações de biodiversidade das populações de peixes e a evolução das tendências do turismo exigiram estruturas de gestão flexíveis que podem ser periodicamente revistas e atualizadas.
- O envolvimento regular das partes interessadas (por exemplo, reuniões de revisão periódicas) ajudará a manter a relevância e a credibilidade do quadro de zonamento da AMP.

CAPÍTULO V.III. - A PEDRA DO VALADO E O PROCESSO DE DESENHO COLABORATIVO

ETAPA 1: IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS E ENVOLVIMENTO INICIAL

1. MAPEAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

- Foram identificadas associações de pescadores da região, empresas de comércio de pescado e cooperativas de processamento de pescado, ONG ambientais, grupos locais de conservação, representantes do turismo e dos municípios, e investigadores científicos.
- Foi assegurada a representação de grupos mais pequenos e menos expressivos - como as mulheres na pesca, os pescadores mais jovens ou os operadores de turismo sazonal - para que ninguém ficasse de fora.

2. WORKSHOPS DE CRIAÇÃO DE CONFIANÇA

- Foram organizadas reuniões iniciais em que foram apresentados o conceito, o âmbito e os objetivos da co-conceção.
- Foi dada ênfase à transparência: esclarecer o que implica a "co-conceção", como serão tomadas as decisões e como a resposta de cada parte interessada poderá moldar o resultado.
- Foram utilizadas sessões de trabalho para estabelecer uma relação e recolher as primeiras preocupações ou perguntas sobre as restrições, a aplicação e os benefícios da AMP.

ETAPA 2: RECOLHA DE INFORMAÇÕES DE BASE

1. AVALIAÇÃO ECOLÓGICA

- Foram compilados dados existentes de agências governamentais, centros de investigação científica e da Universidade do Algarve, relacionados com a abundância de espécies, habitats (recifes rochosos, pradarias de ervas marinhas) e locais sensíveis de reprodução ou berçário.
- Foram organizadas saídas de campo e estabeleceram-se parcerias com centros de mergulho locais para recolher observações subaquáticas adicionais, especialmente em áreas anteriormente pouco estudadas.

2. DADOS SOCIOECONÓMICOS E CULTURAIS

- Foram realizadas entrevistas comunitárias, grupos de discussão ou pequenos inquéritos para mapear zonas de pesca, utilização de artes, padrões sazonais e pontos de interesse turístico.
- Recolheram-se conhecimentos históricos sobre as alterações nas populações de peixes, captando mudanças que pudessem indicar sobrepesca ou impactos climáticos.

3. CONHECIMENTOS LOCAIS E TRADICIONAIS

- Foram aproveitados os conhecimentos dos pescadores mais velhos e dos residentes costeiros que têm décadas de experiência prática, incluindo provas anedóticas sobre flutuações nas populações de peixes, padrões de precipitação ou ventos e presença de zonas de desova importantes.

ETAPA 3: MAPEAMENTO PARTICIPATIVO E DESENVOLVIMENTO DE CENÁRIOS

1. SESSÕES DE MAPEAMENTO PARTICIPATIVO

- Reuniram-se as partes interessadas com mapas físicos ou plataformas GIS digitais. Pediu-se aos pescadores que assinalassem os principais pontos de interesse para a pesca, os habitats para reprodução e as rotas migratórias. Os operadores turísticos assinalaram zonas de mergulho e as suas rotas de barco habituais.
- Destacaram-se as zonas ecologicamente sensíveis (e.g., pradarias marinhas) e as zonas com elevada utilização turística.

2. DESENHO DE CENÁRIOS DE ZONAMENTO

- Propuseram-se múltiplas **configurações de zonamento**:
 - **Zonas No-Take** (por exemplo, habitats específicos e críticos que necessitavam de proteção rigorosa).
 - **Zonas de utilização sustentável** (limitação dos tipos de artes de pesca, eventual restrição de certas atividades em determinados meses).
 - **Zonas de Turismo/Recreação** (que permitissem atividades recreativas e educativas de baixo impacto).
- Avaliou-se o impacto ecológico de cada cenário (proteção de habitats e espécies sensíveis) e a viabilidade socioeconómica (garantindo que os pescadores pudessem manter os seus meios de subsistência e que o turismo pudesse continuar).

3. ANÁLISE DE CONFLITOS E OPORTUNIDADES

- Foram identificadas sobreposições - como a sobreposição da pesca de pequena escala com locais de mergulho populares - e discutidas possíveis soluções: encerramentos sazonais, restrições de artes ou designação de zonas-tampão.
- Foi incentivado o diálogo aberto para atenuar os potenciais conflitos antes de estes se agravarem.

ETAPA 4: TOMADA DE DECISÕES EM COLABORAÇÃO

1. FACILITAÇÃO DAS SESSÕES COLABORATIVAS

- Foi utilizado um mediador neutro (uma equipa académica e um representante de uma ONG) para orientar os debates sobre as soluções de compromisso inerentes a cada cenário de zonamento.
- Foco na transparência: apresentação de dados sobre os ganhos ecológicos previstos de certas restrições, juntamente com os impactos socioeconómicos previstos.

2. FEEDBACK E APERFEIÇOAMENTO ITERATIVOS

- Circularam propostas de mapas de zonamento entre as partes interessadas. Recolheram-se comentários escritos e verbais e incorporaram-se alterações sempre que possível.
- Foram esclarecidos quais os elementos que não eram negociáveis (por exemplo, a proteção de espécies criticamente ameaçadas) e quais os aspetos que podiam ser objeto de compromisso.

3. APROVAÇÃO FORMAL

- Finalizou-se o plano de ordenamento com o consenso dos principais grupos de intervenientes.
- Foi necessária uma aprovação governamental formal (através do Instituto Português da Conservação da Natureza e das Florestas, para garantir que o plano estava bem documentado e alinhado com os regulamentos e políticas de conservação existentes.

ETAPA 5: ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO

1. QUADRO REGULAMENTAR E CONTROLO DA APLICAÇÃO

- Elaboração de regras claras que definam as artes de pesca permitidas, as épocas de pesca e as zonas de não captura.
- Envolvimento dos pescadores locais nos esforços de fiscalização e exploração de tecnologias (por exemplo, localizadores GPS, aplicações móveis) para monitorizar as atividades de pesca.

2. REFORÇO DAS CAPACIDADES

- Formação dos intervenientes locais - especialmente os pescadores e os membros da comunidade - em técnicas básicas de monitorização e recolha de dados.
- Colaboração com a universidade local e ONG para oferecer workshops sobre conservação marinha, identificação de espécies e práticas de pesca sustentáveis.

3. CAMPANHAS DE SENSIBILIZAÇÃO

- Lançamento de programas de sensibilização (meios de comunicação social, rádio local, eventos públicos) para informar as comunidades e os turistas sobre os regulamentos de zonamento, o significado ecológico das áreas protegidas e as sanções por infrações.

ETAPA 6: MONITORIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E GESTÃO ADAPTATIVA

1. BASE DE REFERÊNCIA E MONITORIZAÇÃO CONTÍNUA

- Recolha de dados padronizados sobre indicadores ecológicos chave (por exemplo, biomassa de peixes, abundância de invertebrados, saúde das ervas marinhas) e métricas socioeconómicas (por exemplo, desembarques de pescado, rendimento dos pescadores, receitas do turismo).
- Estabelecimento de um calendário para as observações no terreno e os controlos das partes interessadas.

2. CICLOS DE FEEDBACK

- Manter canais de comunicação abertos - através de associações de pescadores locais, contactos telefónicos ou fóruns programados - para que os participantes possam rapidamente comunicar problemas ou propor ajustes.
- Encorajar a resolução colaborativa de problemas: por exemplo, se os pescadores se aperceberem de um pico sazonal de pesca ilegal, podem coordenar-se com as autoridades e os parceiros de conservação para intensificar a fiscalização.

3. ADAPTAÇÃO E REVISÕES PERIÓDICAS

- Convocar um comité de múltiplos intervenientes anualmente ou semestralmente para analisar os dados de monitorização e avaliar se o plano de ordenamento está a cumprir os objetivos ecológicos e socioeconómicos.
- Ajustar os limites da zona, as restrições de artes ou as estratégias de controlo quando os dados indicarem uma melhor abordagem ou ameaças emergentes.

1. LOCALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

- A integração da sabedoria tradicional dos pescadores pode preencher as lacunas deixadas pelos estudos científicos formais. O conhecimento local ajudou a identificar as principais áreas de conservação e a promover a confiança no processo de co-design.

2. EQUILIBRAR AS PRESSÕES ECONÓMICAS COM A CONSERVAÇÃO

- A economia algarvia depende fortemente do turismo, que por vezes exerce pressão sobre os recursos marinhos (por exemplo, mergulho, pesca desportiva, navegação intensiva, desenvolvimentos costeiros). Assegurar que as partes interessadas no turismo também têm um lugar à mesa ajudou a prevenir conflitos de utilização dos recursos e a identificar soluções criativas (como restrições sazonais ou taxas de utilização destinadas a esforços de conservação).

3. CRIAR CENÁRIOS EM QUE TODOS GANHAM

- Ao realçar as potenciais “vitórias” (populações de peixes e recifes mais saudáveis, fluxos turísticos estáveis), mais partes interessadas viram o valor do cumprimento.
- A diversificação conjunta dos meios de subsistência - como a promoção de experiências sustentáveis de “turista-pescador” - poderão ajudar a reduzir a dependência dos métodos extrativos tradicionais.

4. COMUNICAÇÃO TRANSPARENTE E COERENTE

- Uma comunicação frequente e clara solidificou a confiança. Se as partes interessadas não estivessem envolvidas nas decisões de gestão, o ceticismo e a resistência aumentariam. A manutenção de canais de comunicação abertos foi vital para todo o processo.

5. COMPROMISSO A LONGO PRAZO

- A co-conceção não é um projeto “pontual”, mas sim um ciclo contínuo de planeamento, ação, monitorização e adaptação.
- Assegurar financiamento e apoio institucional (através das autarquias locais, do governo nacional, fundos europeus ou outros) ajudará a garantir a viabilidade da iniciativa a longo prazo.

CAPÍTULO VI - REFLEXÕES FINAIS

As áreas marinhas protegidas não são um tema recente. A sua implementação como ferramenta de gestão remonta a algumas décadas, com a criação das primeiras AMP em resposta à crescente preocupação com a degradação dos ecossistemas marinhos e à necessidade de conservação da biodiversidade.

O grande ponto de viragem, na história da criação de áreas marinhas protegidas, é a forma como são desenhadas e implementadas. Vários foram os parques criados, sem qualquer interação com as comunidades locais e partes interessadas, apenas com base em alguns dados científicos e definidas pelos governos regionais ou nacionais. Esta abordagem dificultou em muitos casos a implementação e o cumprimento das regras estipuladas, por parte dos seus utilizadores. A criação de áreas protegidas através de processos participativos contribui para que as partes interessadas elaborem planos de ordenamento que reflitam os interesses das comunidades e as recomendações científicas. Ao envolver os pescadores, os operadores turísticos, os organismos de conservação e os governos locais desde o início - e ao seguir as etapas de recolha de dados exaustiva, mapeamento participativo, construção iterativa de consensos e gestão adaptativa - as AMP co-desenhadas, para além de protegerem a biodiversidade, suportam os meios de subsistência locais e servem como exemplos duradouros de gestão marinha colaborativa e funcional.

A Sciaena, por ter como pilar do seu trabalho pela conservação marinha a interdisciplinaridade, considera que para se proteger e valorizar o capital natural, é preciso ter em conta os interesses e necessidades das comunidades que dele dependem, aliado sempre a uma sólida fundamentação técnica e científica, através de processos participativos inclusivos. O processo que levou à criação do Parque Natural Marinho do Recife do Algarve - Pedra do Valado, é um excelente exemplo disso, no qual a Sciaena participou e contribuiu desde o início. Foi de facto um processo pioneiro, que acreditamos vir a trazer ainda mais contributos positivos para o futuro da proteção do oceano.

O futuro da proteção do oceano passa por dar voz às comunidades costeiras locais, em colaboração com todas as partes interessadas, para que a visão comum para as futuras áreas marinhas protegidas possa ser partilhada por todos, ao incluir os interesses e necessidades locais, de modo a contribuir para que planos de gestão adequados destes espaços existam e sejam aplicados. Um oceano saudável depende de comunidades capacitadas e informadas. Só assim será possível assegurar um uso sustentável dos recursos marinhos e perpetuar o valor intrínseco que o oceano representa para todos nós.

CHAPTER VII - REFERENCES

ARTIGOS CIENTÍFICOS:

- Angeon, V., & Lardon, S. (2008). Participation and governance in territorial development projects: the "territory game" as a local project leadership system. *International Journal of Sustainable Development*, 11(2/3/4), 262. <https://doi.org/10.1504/ijisd.2008.026505>
- Bennett, N. J., Teh, L., Ota, Y., Christie, P., Ayers, A., Day, J. C., Franks, P., Gill, D., Gruby, R. L., Kittinger, J. N., Koehn, J. Z., Lewis, N., Parks, J., Vierros, M., Whitty, T. S., Wilhelm, A., Wright, K., Aburto, J. A., Finkbeiner, E. M., . . . Satterfield, T. (2017). An appeal for a code of conduct for marine conservation. *Marine Policy*, 81, 411–418. <https://doi.org/10.1016/j.marpol.2017.03.035>
- Bettencourt, L. M. A., & Kaur, J. (2011). Evolution and structure of sustainability science. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 108(49), 19540–19545. <https://doi.org/10.1073/pnas.1102712108>
- Cinner, J. E., McClanahan, T. R., MacNeil, M. A., Graham, N. a. J., Daw, T. M., Mukminin, A., Feary, D. A., Rabearisoa, A. L., Wamukota, A., Jiddawi, N., Campbell, S. J., Baird, A. H., Januchowski-Hartley, F. A., Hamed, S., Lahari, R., Morove, T., & Kuange, J. (2012). Comanagement of coral reef social-ecological systems. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 109(14), 5219–5222. <https://doi.org/10.1073/pnas.1121215109>
- Costa, B. H. E., Claudet, J., Franco, G., Erzini, K., Caro, A., & Gonçalves, E. J. (2016). A regulation-based classification system for Marine Protected Areas (MPAs). *Marine Policy*, 72, 192–198. <https://doi.org/10.1016/j.marpol.2016.06.021>
- Costa, B. H. E., Guimarães, M. H., Rangel, M., Ressurreição, A., Monteiro, P., Oliveira, F., Bentes, L., Henriques, N. S., Sousa, I., Alexandre, S., Pontes, J., Afonso, C. M. L., Belackova, A., Marçalo, A., Cardoso-Andrade, M., Correia, A. J., Lobo, V., Gonçalves, E. J., Cunha, T. P. E., & Gonçalves, J. M. S. (2022). Co-design of a marine protected area zoning and the lessons learned from it. *Frontiers in Marine Science*, 9. <https://doi.org/10.3389/fmars.2022.969234>
- Esgalhado, C., Guimarães, H., Debolini, M., Guiomar, N., Lardon, S., & De Oliveira, I. F. (2020). A holistic approach to land system dynamics – The Monfurado case in Alentejo, Portugal. *Land Use Policy*, 95, 104607. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2020.104607>
- Grorud-Colvert, K., Sullivan-Stack, J., Roberts, C., Constant, V., Costa, B. H. E., Pike, E. P., Kingston, N., Laffoley, D., Sala, E., Claudet, J., Friedlander, A. M., Gill, D. A., Lester, S. E., Day, J. C., Gonçalves, E. J., Ahmadi, G. N., Rand, M., Villagomez, A., Ban, N. C., . . . Lubchenco, J. (2021). The MPA Guide: A framework to achieve global goals for the ocean. *Science*, 373(6560). <https://doi.org/10.1126/science.abf0861>
- Guimarães, M. H., Rangel, M., Costa, B. H. E., Ressurreição, A., Oliveira, F., & Gonçalves, J. M. (2023). Creating a common ground for the implementation of a community-based Marine Protected Area – a case study in Algarve, Portugal. *Ocean & Coastal Management*, 240, 106627. <https://doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2023.106627>
- Pomeroy, R. S., & Rivera-Guieb, R. (2006). *Fishery co-management: a practical handbook*. <https://doi.org/10.1079/9780851990880.0000>
- Lardon, S. (2013). Developing a territorial project. The «territory game», a coordination tool for local stakeholders. *FaçSADe, Res Results*, 38(4).
- Littaye, A., Lardon, S., & Alloncle, N. (2016). Stakeholders' collective drawing reveals significant differences in the vision of marine spatial planning of the western tropical Pacific. *Ocean & Coastal Management*, 130, 260–276. <https://doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2016.06.017>
- Rangel, M., Costa, B. H. E., Guimarães, M. H., Ressurreição, A., Monteiro, P., Oliveira, F., Bentes, L., Henriques, N. S., Sousa, I., Alexandre, S., Pontes, J., Afonso, C. M., Belackova, A., Marçalo, A., Cardoso-Andrade, M., Cortês, A., Correia, A. J., Lobo, V., Gonçalves, E. J., . . . Gonçalves, J. M. (2025). Engaging and legitimizing communities: co-designing a community-based Marine Protected Area. *Marine Policy*, 178, 106695. <https://doi.org/10.1016/j.marpol.2025.106695>

- Vasconcelos, L., Pereira, M. J. R., Caser, U., Gonçalves, G., Silva, F., & Sá, R. (2013). MARGov – Setting the ground for the governance of marine protected areas. *Ocean & Coastal Management*, 72, 46–53. <https://doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2011.07.006>
- Wiek, A., & Iwaniec, D. (2013). Quality criteria for visions and visioning in sustainability science. *Sustainability Science*, 9(4), 497–512. <https://doi.org/10.1007/s11625-013-0208-6>

LIVROS E GUIAS:

- Day J., Dudley N., Hockings M., Holmes G., Laffoley D., Stolton S. & S. Wells (2012). Guidelines for applying the IUCN Protected Area Management Categories to Marine Protected Areas. Gland, Switzerland: IUCN. 36pp.
- Laffoley, D., Baxter, J. M., Day, J. C., Wenzel, L., Bueno, P., & Zischka, K. (2018). Marine protected areas. In Elsevier eBooks (pp. 549–569). <https://doi.org/10.1016/b978-0-12-805052-1.00027-9>
- Senge, P. (2006). The Fifth Discipline: The art and practice of the learning organization. Random House Books.
- K. Van der Heijden(1996). Scenarios: The Art of Strategic Conversation. John Wiley and Sons, Chichester.
- König, A., & Ravetz, J. (Eds.). (2017). Sustainability Science: Key Issues (1st ed.). Routledge. <https://doi.org/10.9774/gleaf.9781315620329>
- UNDP (2022). UNDP RBAP: Foresight Playbook. New York, New York
- Bizikova, L., Rothman, D. S., Boardley, S., Mead, S., Kuriakose, A. T., (2014). Sustainability Transition Toolkit: Frameworks for participatory visioning and scenario planning. The International Institute for Sustainable Development, Canada.
- Batista M., Pais M. P., Henriques S., Coxey, M., Grilo, C., Sá, R., Barros, N. & Silva, G. (2022). Guia de Boas Práticas para a Gestão e Monitorização de Áreas Marinhas Protegidas. Ispa – Instituto Universitário. Projeto BioDivAMP, financiado por Fundo Azul – Monitorização e Proteção do Ambiente Marinho. 168 pp. ISBN: 978-989-8384-87-4

POLÍTICA E DIRETRIZES:

- European Commission's Natura 2000 Network: Details EU-level regulations and guidelines for protected areas, including MPAs. Disponível em: <https://www.eea.europa.eu/themes/biodiversity/natura-2000/the-natura-2000-protected-areas-net-work>
- OSPAR. 2024. OSPAR Commission | Protecting and conserving the North-East Atlantic and its resources [Online]. Disponível em: <https://www.ospar.org/>
- Decree-Law No. 142/2008 (Estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade em Portugal)

WEBSITE:

- Marine Conservation Institute. (n.d.). MPA Guide. Marine Protection Atlas. Consultado Fevereiro, 2025, from <https://mpatlas.org/>



7 DICAS PARA UMA **AMP**

"NUM MUNDO CADA VEZ MAIS AMEAÇADO, ONDE O OCEANO SOFRE AS CONSEQUÊNCIAS DA AÇÃO HUMANA, AS ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS TÊM DEMONSTRADO O SEU PAPEL FUNDAMENTAL NA GARANTIA DE UM OCEANO SAUDÁVEL PARA AS GERAÇÕES FUTURAS E CAPAZ DE COMBATER AS AMEAÇAS QUE ENFRENTA.

AS ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS BEM GERIDAS E COM OBJECTIVOS DEFINIDOS CONTRIBUEM PARA AUMENTAR A RESISTÊNCIA DOS OCEANOS AOS IMPACTOS DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS, PROTEGER AS UNIDADES POPULACIONAIS DE PEIXES E SÃO, POR CONSEQUENTE, UM ELEMENTO ESSENCIAL PARA UM SISTEMA DE GOVERNAÇÃO MARÍTIMA EFICAZ."